

BRIDGES NETWORK

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 13, NÚMERO 9 - DEZEMBRO 2017



A Ministerial da OMC e os caminhos à frente

ENTREVISTA

O que se pode esperar da Conferência Ministerial da OMC?
Uma entrevista com a presidente da MC11, ministra Susana Malcorra

ACORDOS REGIONAIS DE COMÉRCIO

Acordos regionais de comércio e o futuro da América Latina

SOCIEDADE CIVIL

Quem é suficientemente técnico? A pergunta central da OMC para a sociedade civil



International Centre for Trade
and Sustainable Development

PONTES

VOLUME 13, NÚMERO 9 - DEZEMBRO 2017

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

ICTSD

International Centre for Trade and Sustainable Development

Genebra, Suíça

EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

COORDENAÇÃO

Fabrice Lehmann

EQUIPE EDITORIAL

Manuela Trindade Viana

Bruno Varela Miranda

Daniela Alfaro

Julia Mila Gadret

CONSULTORA EDITORIAL

Michelle Rattton Sanchez Badin

DESIGN GRÁFICO

Flarvet

LAYOUT

Oleg Smerdov

Se deseja contatar a equipe editorial do Pontes, escreva para: pontes@ictsd.ch

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo. O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

ENTREVISTA

- 4 **O que se pode esperar da Conferência Ministerial da OMC? Uma entrevista com a presidente da MC11, ministra Susana Malcorra**

ACORDOS REGIONAIS DE COMÉRCIO

- 9 **Acordos regionais de comércio e o futuro da América Latina**
Antoni Estevadeordal, Mayra Salazar

SOCIEDADE CIVIL

- 13 **Quem é suficientemente técnico? A pergunta que restou para a sociedade civil**
Michelle Rattton Sanchez-Badin

MPMEs

- 15 **A articulação produtiva das MPMEs na região SICA: reposicionamento estratégico a partir das cadeias de valor**
Nahuel Oddone

SERVIÇOS

- 20 **Consolidando a contribuição dos serviços para o crescimento, emprego e comércio**
Patrick Low

SEGURANÇA ALIMENTAR

- 23 **O papel do comércio na segurança alimentar frente à ameaça do aquecimento global**
Martin Piñeiro

PESCA

- 25 **O marco institucional da OMC e o desafio da pesca excessiva**
U. Rashid Sumaila

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 27 **Desenvolvimento sustentável e a OMC: das contradições ao equilíbrio**
Ligia Maura Costa

ENTREVISTA

- 29 **A governança do comércio internacional para o desenvolvimento sustentável inclusivo: uma entrevista com o embaixador Guillermo Valles Galmés**

A OMC na encruzilhada



Pela primeira vez desde o seu estabelecimento, a Organização Mundial do Comércio (OMC) organiza sua Conferência Ministerial na América do Sul. O debate em Buenos Aires, porém, extrapolará as fronteiras regionais. Em pauta, está o modelo de sistema internacional que regulará as relações interestatais nas próximas décadas. Caberá à liderança da Organização convencer os céticos sobre a capacidade do sistema multilateral de comércio de administrar a interdependência em tempos de rápidas transformações econômicas e sociais. Ademais, a OMC deverá evitar que membros outrora abertos à construção de um arcabouço institucional dotado de tamanha complexidade canalizem seu descontentamento em acordos pontuais de curto prazo.

A tarefa é hercúlea. Afinal, os questionamentos enfrentados pela OMC são uma extensão natural da desconfiança de milhões de habitantes dos Estados que a compõem. Indo além, o desafio exige uma reflexão sobre o próprio papel do sistema multilateral de comércio na gestão da rotina econômica mundial. Já em seu primeiro parágrafo, o Acordo de Marraqueche explicita os objetivos que justificariam o árduo trabalho para o estabelecimento da Organização. Entre seus princípios, o texto enumera a busca pela "melhoria dos níveis de vida", a "realização do pleno emprego", o "aumento acentuado e constantes dos rendimentos reais" e a "utilização ótima dos recursos mundiais". Em que medida os progressos recentes – ou mesmo a falta de avanços – ajudam a explicar o desempenho dos membros da OMC em cada uma dessas dimensões? Trata-se de uma reflexão fundamental.

De fato, Conferências Ministeriais oferecem a oportunidade não apenas para que seus participantes assentem as bases para o diálogo futuro. Tão importante quanto o impulso transformador, a cuidadosa avaliação dos resultados consolidados nos permite entender melhor aquilo que a OMC vem fazendo por aqueles que a financiam: os cidadãos de cada um de seus membros. Nesse sentido, ainda que o esforço de ministros e negociadores seja uma condição necessária para o êxito da Ministerial de Buenos Aires, a vitalidade do encontro também depende da mobilização da sociedade civil e sua capacidade de ilustrar as consequências concretas da existência do sistema multilateral de comércio.

Esta edição especial do Pontes se soma a um amplo esforço de cobertura da Conferência Ministerial da OMC pela equipe do International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD). Junto com o Guia de Negociações publicado em nosso site, o presente número da publicação busca oferecer a você, prezado(a) leitor(a), uma ampla fotografia do significado da Conferência para o futuro da Organização. Ademais, estaremos presentes em Buenos Aires com uma intensa programação, capitaneada pelo Simpósio sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável (TSDS, sigla em inglês). Nosso principal objetivo: aproximar os distintos grupos afetados pelas decisões tomadas no interior da OMC, permitindo o estabelecimento de um ambiente propício para o debate.

Esperamos que aprecie a leitura

ENTREVISTA

O que se pode esperar da Conferência Ministerial da OMC? Uma entrevista com a presidente da MC11, ministra Susana Malcorra



Susana Malcorra
Presidente da MC11. Foi ministra de Relações Exteriores e Culto da Argentina (2015-2017).

A senhora desempenhou um papel fundamental na promoção e negociação da Agenda 2030. Como avalia o papel da Organização Mundial do Comércio (OMC) – e da Conferência Ministerial, em particular – no alinhamento da agenda multilateral de comércio com a Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável?

Primeiro, é importante lembrar que a Agenda 2030 foi adotada há dois anos por todos os países no âmbito das Nações Unidas. É uma agenda que busca deixar para trás as desigualdades e diferenças entre os países e, dentro dos países, entre as pessoas. É uma agenda abrangente – e entendo que é a coisa mais ambiciosa até agora em termos de desenvolvimento e desigualdade.

Desse ponto de vista, o comércio foi incorporado na agenda pela primeira vez como um eixo fundamental de desenvolvimento. Assim, a ligação entre a OMC e a Agenda 2030 é óbvia, pois existe um objetivo que as vincula diretamente, além de outros elementos particulares (por exemplo, o tema da pesca), que são especificamente mencionados nos dois mecanismos.

Temos que entender que aquilo que discutimos na OMC segue uma linha muito particular, um contexto mais técnico. No entanto, isso deve estar – porque com isso se comprometeram os países – alinhado de alguma forma com os princípios que a Agenda 2030 definiu há apenas dois anos, em 2015.

Tendo em conta os recentes movimentos de multiplicação e atualização de acordos regionais na América Latina, como esse cenário afeta o sistema de comércio multilateral?

Para responder, é conveniente vincular a questão com o papel que historicamente a América Latina teve no contexto do multilateralismo. A região sempre foi uma forte promotora do multilateralismo, desde a gênese das Nações Unidas. Naquela época, a América Latina tinha um percentual de representação muito grande e desempenhou um papel muito importante, entre outras coisas, na vinculação do multilateralismo global com o regional. A América Latina sempre entendeu que existem questões regionais que servem para viabilizar o multilateral. Portanto, isso não é novo: é uma posição histórica.

Nesse contexto, são muitas as iniciativas na área do comércio na América Latina, fazendo da região uma grande ativista nessas questões. Se existe algo para fazer uma autocrítica é talvez que o ativismo nos levou a muitas iniciativas que não necessariamente estão bem articuladas. Penso que uma das grandes questões a trabalhar é o aprimoramento dos vínculos entre as iniciativas existentes. Precisamos começar a trabalhar com a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), os acordos na América Central, os acordos no Caribe, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Aliança do Pacífico – que é um modelo muito mais aberto e mais livre. Todas essas iniciativas devem ser articuladas para que possamos transformar nossos pontos fortes em uma fortaleza de negociação, que sirva para que a América Latina tenha um papel mais importante em direção ao exterior, mas também para que o que é negociado no exterior tenha um impacto maior para os povos da América Latina.

Meu ponto, nesse sentido, é trabalhar em uma articulação moderna, e não rígida. Por exemplo, enquanto eu ocupava a posição de chanceler da Argentina, começamos a trabalhar entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico – e isso já está começando a se

164

Número de países membros da OMC

concretizar: uma renovação do acordo entre Chile e Argentina acaba de ser assinada, refletindo essa necessidade de articulação plurilateral. Além disso, não há necessidade de gerar novas instituições, novas burocracias que agreguem peso. Pelo contrário: é preciso construir sobre o que já existe, dar mais robustez e usá-lo da melhor maneira possível.

Penso que isso irá posicionar a América Latina nessa rodada de negociações. O presidente Macri decidiu convidar os presidentes da região precisamente com o objetivo de mostrar que, se é verdade que a Conferência se realiza na Argentina, esse evento também acontece na região em geral. Como tal, devemos ter uma voz articulada e consensual, que nos permita projetar-nos melhor.

No passado, muitos analistas ficaram desapontados com a falta de avanços concretos na OMC. Por outro lado, a aprovação do Acordo de Facilitação do Comércio e a revitalização de conversas sobre questões como comércio digital levaram a posições mais otimistas quanto ao papel da OMC nos últimos anos. Quais são os eixos temáticos de relevância em que se espera avançar nas negociações em Buenos Aires?

Em primeiro lugar, é evidente que a OMC está em uma encruzilhada. É claro que existem países que questionam a validade do modelo atual – mesmo aqueles que historicamente foram defensores e criadores do livre comércio. Assim, a Argentina se torna sede da Conferência Ministerial em um momento particularmente complexo.

Na OMC, acredito que existem questões históricas que ainda estão pendentes, o que faz com que existam temas áridos em relação à Ministerial. Por exemplo, muitos dos temas da Rodada Doha ainda estão pendentes, gerando entre os membros uma sensação de frustração, de não ter avançado o suficiente.

Por outro lado, o Acordo de Facilitação do Comércio, ratificado com o apoio da maioria dos países, foi um sucesso retumbante para a OMC. É verdade que, nesse contexto, começamos a ver a necessidade de discutir algumas questões "mais recentes", como agenda digital, facilitação de investimentos, gênero e, notadamente, questões relacionadas a micro, pequenas e médias empresas. Parece-me que uma conquista em Buenos Aires seria definir algo que em nossa reunião em Marraquexe foi claramente expressado: que há vida depois de Buenos Aires.

Em primeiro lugar, na Reunião Ministerial, teremos a oportunidade de obter alguns resultados na agenda mais histórica. Algumas questões de agricultura e pesca podem prosperar, por exemplo. Não acho que nada disso seja extremamente ambicioso, considerando o momento em que vivemos. No entanto, se combinarmos decisões concretas e decisões de processo tanto na agenda tradicional quanto na nova agenda, isso significa confirmar o compromisso global com a OMC – a necessidade de manter a agenda viva. A realidade é que as conferências são um marco, mas não são nem o começo, nem o fim de nada: fazem parte de um processo contínuo.

Se reafirmarmos tudo isso em um contexto crítico, daremos uma excelente contribuição àquele que foi um dos grandes propulsores do crescimento no mundo: o comércio. Talvez também possamos reconhecer que o sistema que temos pode ser aperfeiçoado – algo que, logicamente, está nas mãos dos Estados membros. Se houver uma oportunidade na Conferência, as opções para a melhoria do sistema podem ser trabalhadas. Do nosso ponto de vista, esta é uma agenda positiva, que reafirma o compromisso com o multilateralismo em questões comerciais – algo fundamental para nós do Sul.

[Na MC11] Talvez também possamos reconhecer que o sistema que temos pode ser aperfeiçoado – algo que, logicamente, está nas mãos dos Estados membros.

Como a Presidência da Conferência Ministerial pode contribuir para criar condições favoráveis à negociação dos membros?

Como sempre digo, a Presidência de uma Ministerial é um papel muito complexo, que realmente começa no dia em que a Conferência tem início. Nesse sentido, devemos ser muito cuidadosos em participar, sem, no entanto, invadir o espaço de negociação que corresponde aos Estados membros e, é claro, ao Conselho e à Presidência do Conselho em seu papel de definir a mensagem política da Declaração que encerra a Ministerial de Buenos Aires.

Dito isso, uma das coisas que ouvi de todos os países membros da OMC foi uma certa frustração histórica com um processo opaco de preparação nas conferências anteriores, seja Bali ou Nairobi – ou seja, não era uma construção que envolvia todos os membros. Nesse sentido, um dos compromissos assumidos era a responsabilidade de fazer um amplo *outreach*, ouvir e visitar todos os membros. Nós viajamos pelo mundo de forma muito intensa e vimos todos os grupos que representam os Estados membros da OMC: do Grupo Africano, passando pela Ásia, o grupo que representa a África, o Caribe e o Pacífico (ACP) e, finalmente, conversamos com nosso grupo na reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Também visitamos as capitais dos principais países: Bruxelas, como referência da União Europeia (UE), Nova Deli, Beijing e Washington. Outros eu não pude visitar simplesmente porque a coordenação não foi possível, mas fomos abertos a ouvir todos os países e grupos.

Nessas reuniões, recebemos todos os comentários – e fizemos os nossos, sob a perspectiva de quem ouviu aos demais grupos. Parece-me que isso nos dá uma visão das diversas perspectivas, o que – como sempre digo – é uma condição necessária, mas não suficiente. Alcançar um resultado compartilhado é uma responsabilidade compartilhada: é necessário que agora os Estados membros se concentrem e se alinhem para chegar a Buenos Aires com um texto que não esteja totalmente entre colchetes, mas que reflita bastante consenso, com algum espaço de natureza política para que os ministros finalizem esses aspectos.

Esta é a jornada que fizemos, com enorme dedicação e com um enorme compromisso, com a ideia de que, como Presidência, devemos viabilizar o consenso, mas um consenso responsável, no qual todos compreendem os limites do possível e avançam em direção a uma combinação de decisões cujos resultados dão vida à OMC.

As negociações climáticas que resultaram no Acordo de Paris foram consideradas um sucesso no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC, sigla em inglês). Sob críticas à eficiência e eficácia do Protocolo de Quioto, as partes em Paris trabalharam com uma nova metodologia de negociação e conseguiram envolver países desenvolvidos e em desenvolvimento no estabelecimento de compromissos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Em uma reflexão comparativa sobre os desafios e as táticas mobilizadas nas negociações climáticas, de um lado, e comerciais, de outro, o que a OMC pode aprender e aplicar da recente negociação do Acordo de Paris?

[A Presidência da MC11 viajou] pelo mundo de forma muito intensa e vimos todos os grupos que representam os Estados membros da OMC (...) [com o objetivo de viabilizar] um consenso responsável, no qual todos compreendem os limites do possível e avançam em direção a uma combinação de decisões cujos resultados dão vida à OMC.

20

Número aproximado de novas propostas recebidas somente em agricultura

A primeira coisa a ressaltar é que o consenso é possível. Existem possibilidades de encontrar espaços para que todos os desenvolvidos, subdesenvolvidos, mais desenvolvidos e menos desenvolvidos possam contribuir e serem ouvidos, mas, ao mesmo tempo, compreendam o limite do que é possível. Em outras palavras, uma negociação nunca nos leva a tudo que gostaríamos de ter como aspiração máxima, mas ao máximo possível. Em um assunto muito complexo e muito difícil, onde claramente há interesses que podem ser interpretados como opostos, penso que o Acordo de Paris mostra que existem possibilidades de chegar a um consenso.

É verdade que há muitas críticas ao acordo de Paris por não ser suficientemente ambicioso. Bem, maximizar a ambição muitas vezes leva ao fracasso da negociação. Acho que o modelo a seguir é o seguinte: qual é o máximo possível, no contexto atual, que reflete as necessidades dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, especialmente dos países menos desenvolvidos, que precisam do comércio como ferramenta fundamental para sua prosperidade? Temos que nos sentar à mesa com essa flexibilidade e amplitude para encontrar espaços comuns. No caso da OMC, penso que temos flexibilidade adicional, já que podemos concordar com certas questões e estabelecer acordos de processo em outras – o que não era exatamente o caso em Paris, onde o quadro completo devia ser acordado.

Acredito que este seja o espírito que colocamos como Presidência da Conferência Ministerial: fazer um enorme esforço para se aproximar e ouvir a todos, procurando como refletir a perspectiva de todos nesse espaço comum. No meu entender, podemos não apenas aprender com a experiência do Acordo de Paris, mas também alcançar um sucesso equivalente.

Nos últimos anos, o apoio a uma "agenda unilateral" sobre questões como comércio e migração aumentou consideravelmente. Por sua vez, o sistema de comércio multilateral caracterizou-se por um foco na cooperação e na construção de um sistema baseado em regras. Na sua opinião, como eventos como a Conferência Ministerial permitem que a OMC defenda a solidez de seu modelo baseado em regras?

Em primeiro lugar, é preciso notar que, depois de tanto escutar, nenhum dos países membros me disse que o sistema baseado nos princípios da OMC deveria desaparecer. De fato, em nossa reunião em Marraquexe, foi reconfirmado, por todos os participantes, que a OMC é um veículo fundamental para o avanço do comércio. Obviamente, há gradientes, visões bilaterais nos acordos, mas uma visão bilateral não é necessariamente algo negativo, desde que isso seja feito dentro do quadro das regras da OMC.

Tenho a impressão de que essa combinação é viável, assim como tenho a impressão de que parte das críticas que foram feitas dizem respeito a aspectos da OMC que podem ser aperfeiçoados – e isso não depende de um único país ou de uma única administração. Na minha opinião, tem havido um crescente consenso de que esses aspectos da aplicação das regras ou o gerenciamento das regras exigem processos mais ágeis, mais propícios aos resultados. Claramente, não vejo que as opções consideradas sejam diametralmente opostas, que podem fazer com que o sistema atual entre em uma crise profunda. Sim, é verdade que existem diferentes tons de cinza entre os países – e isso é o multilateralismo: a coordenação entre sombras de cinza para chegar a um cinza comum, a uma percepção de que o que temos de fazer nos satisfaz em alguma medida, embora não totalmente. Penso que a construção de uma agenda que está começando a ser feita entre os Estados membros pode levar a que isso aconteça.

Na conjuntura atual de multilateralismo, qual é a importância da Conferência Ministerial com sede na Argentina?

Em primeiro lugar, é uma grande honra e uma grande responsabilidade: é a primeira vez que esse evento é realizado na América do Sul.

Propusemos que a Argentina fosse a sede da Conferência Ministerial em um contexto em que o país havia se distanciado do mundo já fazia alguns anos. Isso levou a Argentina a um nível de pobreza que não corresponde à realidade da riqueza do país – e um dos elementos que contribuiu para isso é a ausência de uma vinculação, de nossa parte, com tudo

aquilo que agregue valor ao comércio. Hoje, temos a visão de uma inserção inteligente no mundo. Isso significa que integramos cadeias de valor, nos fortalecemos em nossas áreas principais (por exemplo, agronegócios), mas também nos damos a oportunidade de desenvolver novos eixos, como as tecnologias de ponta.

Essa é a nossa agenda interna, e o que queremos é que essa agenda seja totalmente solidária à agenda do multilateralismo que a OMC representa. Nesse sentido, que a Argentina seja a sede da Ministerial é valioso para nós das fronteiras para dentro, mas é muito mais valioso das fronteiras para o exterior. Sendo um país que historicamente construiu *pontes* – para fazer um paralelo com a publicação *Pontes* –, esta é uma oportunidade para restabelecer essa força que caracterizou a Argentina por um período. Além disso, sendo um país do Sul, a Argentina tem condições de agregar uma perspectiva que nos ajuda a construir o consenso de que falamos anteriormente.

Qual o legado que a Argentina gostaria de deixar ao final desta Conferência Ministerial?

Definitivamente, um legado que tem relação com um sistema que sai reconfirmado de Buenos Aires, que sai com uma agenda que não é apenas a agenda de hoje, mas uma agenda a partir de hoje, com um roteiro que permita ao multilateralismo continuar trabalhando em diferentes aspectos da agenda do século XX e na agenda do século XXI.

Isso inclui pensar nas ferramentas que a OMC precisa fortalecer neste século XXI, admitindo que o que ela tem em seu poder pode não ser suficiente. Nesse sentido, a Conferência Ministerial de Buenos Aires pode ser um espaço para analisar como, a partir daqui, a OMC pode ser fortalecida.

ACORDOS REGIONAIS DE COMÉRCIO

Acordos regionais de comércio e o futuro da América Latina

Antoni Esteveordal, Mayra Salazar

A partir das principais dinâmicas comerciais na América Latina, os autores analisam as lacunas que ainda precisam ser preenchidas para que se alcance um mercado regional integrado; e discutem dois temas de especial importância para a região: comércio eletrônico e facilitação do comércio.

Até 2016, a tendência global em relação aos mega-acordos comerciais estava no auge, e os países industrializados negociavam tratados como a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, sigla em inglês) ou a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP, sigla em inglês). Atualmente, um panorama incerto na renegociação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês), o resultado do referendo do Brexit, assim como a decisão dos Estados Unidos de não ratificar a Parceria Transpacífica (TPP, sigla em inglês) deram uma pausa nessa tendência. É particularmente difícil prever o rumo que os tratados comerciais globais e regionais tomarão.

É possível, entretanto, vislumbrar diferentes cenários em potencial no sistema mundial de comércio. A China poderia retomar a liderança de uma nova onda de tratados regionais, ainda que menos profundos e ambiciosos que os mega-acordos. Outros países poderiam adotar estratégias com vistas à assinatura de mais acordos bilaterais. Talvez o mundo esteja se movimentando na direção de uma ordem global multicomplexa, na qual não existe nenhum ator hegemônico em nenhuma região capaz de definir os rumos em matéria de comércio. Sendo menos otimistas, poderíamos esperar também um aumento de medidas protecionistas por parte de importantes atores no sistema mundial de comércio.

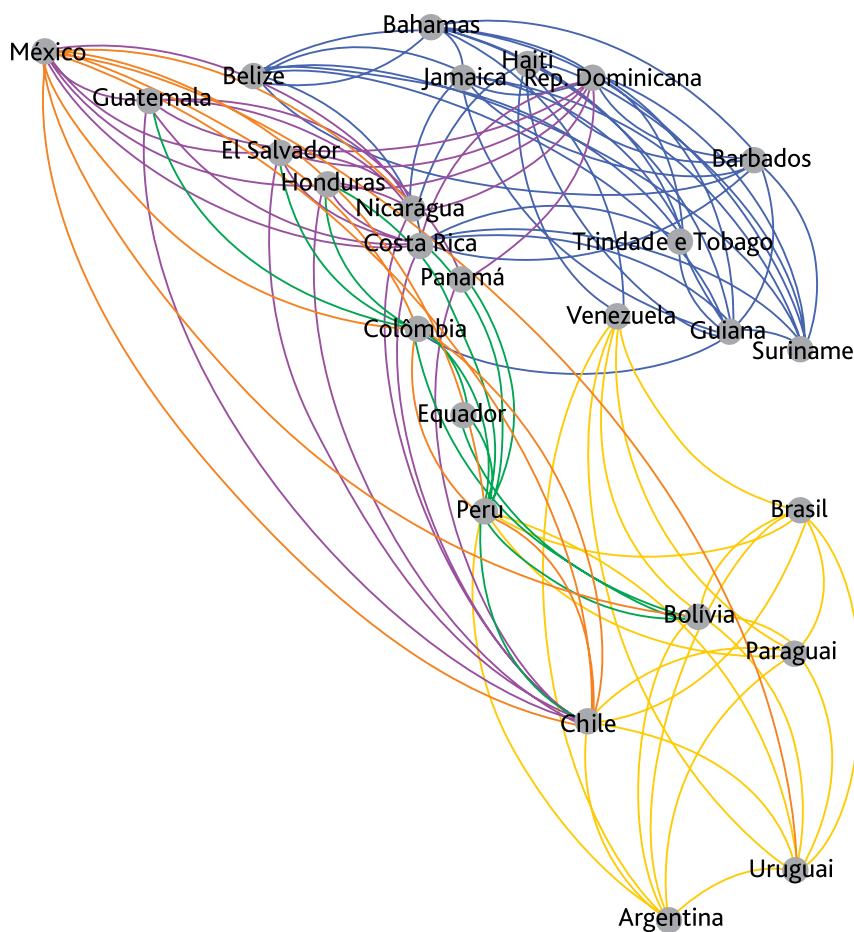
A esse contexto incerto relacionado à arquitetura do sistema mundial de comércio, soma-se uma fraca recuperação do fluxo de bens. Até 2015, esse contexto era pouco alentador: preços baixos de matérias-primas, altas taxas de juros e uma reação contra a globalização marcaram uma contração considerável no valor do comércio mundial. No entanto, desde o início de 2016 e até a primeira metade de 2017, o comércio mundial começou a se recuperar, graças a um aumento no nível de preços e dos volumes intercambiados. Foi retomado o caminho do crescimento, mas ainda não se sabe se ele é sustentável.

De acordo com o Monitor de Comércio e Integração 2017 do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a recuperação comercial na região da América Latina e do Caribe (ALC) foi resultado, em grande parte, de um forte aumento no preço dos produtos básicos e nos volumes exportados, limitado a apenas algumas economias. No entanto, esses fatores se enfraqueceram ao longo do ano, evidenciando a baixa competitividade da região e sua vulnerabilidade a choques externos.

Falhas de competitividade endêmicas, a perda de participação no mercado intrarregional, o esgotamento do auge nos preços dos produtos básicos e tendências protecionistas que poderiam restringir o acesso a mercados chave para a ALC são fatores que requerem atenção diante de um cenário comercial menos favorável que aquele que predominou antes da crise de 2009. Depois de quatro anos, ainda que a contração comercial pareça estar superada na região, os países enfrentam o desafio de superar as condições que tornam a recuperação mais frágil.

Diante do futuro, em um contexto adverso para a negociação de mega-acordos comerciais e marcado por uma débil dinâmica nos fluxos comerciais, torna-se latente empreender ações concretas a favor de uma maior integração regional na ALC, que se construa a partir da rede de acordos comerciais existentes. É verdade que uma maior integração regional não é a resposta definitiva a todos os problemas da região, nem uma apólice de

Figura 1: Rede de Tratados Comerciais na região ALC



Fonte: BID (2017) Intrade BID

seguro total contra crescentes fricções comerciais. No entanto, vale a pena considerar os benefícios tangíveis que uma área de livre comércio pode oferecer sem implicar altos custos econômicos e políticos.

Em primeiro lugar, cabe destacar que, nos últimos 25 anos, foram obtidos avanços importantes para a integração na ALC, criando uma estrutura complexa de tratados comerciais que cobrem um amplo espectro de temas – de comércio e investimento até regulação trabalhista (Figura 1). Essa rede, no entanto, sofre de uma excessiva proliferação e fragmentação.

A profusão de tratados comerciais já não resulta relevante na comparação com seu auge, ou seja, nos anos 90, quando havia uma menor quantidade de tratados e poucas fricções comerciais consideráveis. Já a fragmentação gerou um impacto diferenciado nas exportações para o resto do mundo por parte dos membros de determinados tratados regionais, beneficiando, em maior medida, os países que fazem parte de acordos com mercados grandes e diversificados. Difícil e incerto, o quadro atual do comércio será implacável com os tratados pequenos, obrigando-os a adquirir uma massa econômica crítica, a fim de não se tornarem irrelevantes.

A rede de tratados construída na ALC representa uma poderosa oportunidade para conseguir uma integração regional completa. Com exceção dos acordos que contemplam menos de 80% dos produtos, existem 33 tratados na região que representam 80% do valor do comércio intrarregional. Quase a metade desse comércio intrarregional é realizado no âmbito dos quatro acordos principais: o Mercado Comum Centro-Americano, o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Comunidade Andina e a Comunidade do Caribe (CARICOM). Mais ainda, o processo de redução de tarifas no âmbito desses acordos terminou ou

está a ponto de terminar, tanto em termos do percentual do comércio coberto como do percentual de linhas tarifárias.

A região se encontra perto de contar com um mercado regional integrado – isso é uma realidade. No entanto, há duas lacunas importantes a preencher. Por um lado, na cobertura dos produtos que compreendem as principais exportações de certos países, como bens agrícolas ou veículos motorizados. Por outro lado, é necessário fechar a brecha nas relações bilaterais, pois ainda existem importantes oportunidades de integração entre mercados (sobretudo entre o México e o Mercosul). Por outro lado, é necessário um processo de harmonização dos 47 grupos de regras de origem, que resultaria em uma redução de custos e em um aumento de cadeias regionais de valor. Se isso for alcançado, a ALC representaria um mercado integrado equivalente a 7% do produto interno bruto (PIB) global.

Para alcançar esse objetivo, a ALC conta com lições importantes da evolução dos tratados regionais. A zona de livre comércio deveria se focar, a princípio, em bens e serviços, para depois passar a temas mais complexos de negociação. Também é conveniente que a arquitetura institucional seja simples, funcionando através de uma comissão integrada por ministros ou outros funcionários de alto nível que supervisionem o correto funcionamento e implementação do tratado, assim como sua evolução. Se possível, deveria se apoiar em mecanismos intergovernamentais e no marco regulatório da Organização Mundial do Comércio (OMC). Em resumo, é preciso que a região evite arranjos institucionais complexos, cujo cumprimento e implementação sejam difíceis de supervisionar.

Além disso, duas questões fundamentais deveriam ser abordadas: comércio digital e medidas de facilitação do comércio. Em um mundo no qual a Internet das coisas representa uma oportunidade de US\$ 14 trilhões, a ALC deve aproveitar os benefícios oferecidos pelas tecnologias digitais. Normas modernas e harmônicas, que respaldem o comércio digital e que garantam os fluxos transfronteiriços de dados, a não discriminação, o reconhecimento de assinaturas digitais, entre outros, permitiriam aproveitar de maneira mais ampla a expansão do comércio eletrônico transfronteiriço na região. A América Latina conta com um dos percentuais mais altos (15%) de consumidores eletrônicos que fazem compras online do exterior.

Quanto às medidas de facilitação do comércio, devem ser integradas a ações concretas que aumentem a eficiência logística e reduzam os custos dos procedimentos aduaneiros. Por exemplo, investimentos transnacionais de comércio, que melhorem a logística de transporte, sistemas de janela única ou o reconhecimento mútuo de programas de operador econômico autorizado (AEO, sigla em inglês) têm o potencial de gerar benefícios de uma magnitude várias vezes superior à simples eliminação de tarifas.

A região tem uma base sólida, que permitiria avanços importantes em relação à interoperabilidade regional de sistemas de janela única e programas AEO. Por exemplo, a ALC atualmente conta com a Rede VUCE, que busca aprofundar o diálogo sobre a medição do impacto das janelas únicas da região, assim como trocar experiências para integrar as soluções do setor privado à facilitação do comércio. Com respeito aos programas AEO, mais de 15 países da região já adotaram tais programas.

Estimativas recentes do BID apontam para a importância dos benefícios de um mercado totalmente integrado, que consiga reduzir as lacunas de produtos ainda não liberalizados e relações bilaterais, assim como unificar as regras de origem. Os exercícios de simulação revelam que um acordo regional teria o potencial de duplicar o comércio intrarregional de bens intermediários, promovendo assim o desenvolvimento de cadeias de valor na região.

Nesse sentido, é importante destacar os resultados da última pesquisa INTAL-Latinobarómetro, que analisa a percepção dos latino-americanos a respeito do processo de integração regional, globalização e prioridades na agenda de desenvolvimento da região. De acordo com esses dados, a integração regional conta com um grande apoio social e é associada principalmente ao livre comércio e ao diálogo político. Cerca de 7 de cada 10 latino-americanos respaldam a integração econômica regional; 6 de cada 10

apoiam a integração política, enquanto que 8 em cada 10 consideram a globalização um fator chave para o crescimento econômico. Esses resultados demonstram que, ainda que o mundo esteja passando por um momento de fragmentação e de surtos nacionalistas, o capital associativo da América Latina se mantém com um alto valor.

A construção de um espaço econômico integrado na ALC está ao alcance dos países da região. Isso permitiria que a região se posicionasse como uma massa econômica crítica, promovendo o desenvolvimento de cadeias de valor regionais e aumentando as exportações intra- e extrarregionais. Trata-se de uma opção que serviria, até certo ponto, como uma apólice de seguro diante de fricções comerciais intensas e que, com as provisões adequadas, catalizaria seu impacto através dos benefícios que oferece à facilitação do comércio e à economia digital – que podem servir como força revitalizante, permitindo que mais grupos tenham acesso às oportunidades que o comércio internacional oferece.

① Este artigo se baseia em três fontes: BID. *Conexiones en marcha*: la integración regional en América Latina y el Caribe (no prelo); BID. *Monitor de Comercio e Integración*: Más allá de la recuperación, Nov. 2017, disponível em: <<http://bit.ly/2nuiKNe>>; BID. *La tecno integración de América Latina*, Nov. 2017, disponível em: <<http://bit.ly/2ik0vo8>>.



Antoni Esteveordal
Gerente de Integração
e Comércio no Banco
Interamericano de
Desenvolvimento (BID).



Mayra Salazar
Mestre em Políticas Públicas
pela Harvard Kennedy School
e formada em Economia pelo
Instituto Politécnico Nacional
(IPN), do México.

SOCIEDADE CIVIL

Quem é suficientemente técnico? A pergunta que restou para a sociedade civil

Michelle Rattón Sanchez-Badin

Em contraste com a crescente participação da sociedade civil na OMC até 2003, a autora analisa as causas da baixa participação de ONGs na MC11 e de como isso tem sido institucionalizado nos últimos anos.

Se a pergunta inicial deste artigo seria apenas uma provocação, após 30 de novembro de 2017, ela se torna a política consolidada da antipolítica da Organização Mundial do Comércio (OMC) perante a sociedade civil. A decisão do governo argentino para que a OMC descredenciasse organizações não governamentais (ONGs) para a 11ª Conferência Ministerial (MC11, sigla em inglês) é inédita na história da OMC.

Contudo, o argumento de "motivos de segurança" apresentado pelo governo argentino alinha-se com o tom que tem sido atribuído à participação de ONGs na OMC: são relevantes apenas as ONGs que tenham alguma contribuição técnica e posições políticas, e divergências devem estar fora do espaço oficial.

Já havia a expectativa de que a participação das ONGs no espaço oficial estaria *behind the headlines*. Afinal, seu interesse na OMC tem apresentado tendência decrescente: em contraste com as 241 ONGs que compareceriam à MC11, a Ministerial de Cancun, realizada em 2003, contou com quase 1.000 ONGs inscritas. Havia um misto de confiança e descrédito sobre essa participação, é verdade – quão efetiva, quão construtiva? À época, entretanto, esse quadro coexistia com o reconhecimento, por parte da sociedade civil, de que a OMC constituía uma esfera central de influência de decisões relevantes e coordenação de expectativas na economia internacional. Ainda, existia alguma esperança na construção de espaços efetivos de participação na OMC.

A "perda de significado" da participação está ligada à forma com que a OMC construiu a sua relação com representantes da sociedade civil, inclusive no espaço de participação oficial das ONGs – e a decisão recente do governo argentino e acatada pela OMC só reforçará essa percepção. Aqui, concentro-me em um equívoco que entendo central nessa trajetória do diálogo da OMC com a sociedade civil: a despolitização dessa participação, reconhecendo-a exclusivamente quanto à sua contribuição técnica.

Esse equívoco tem sua origem na pouca ousadia em explorar o potencial do texto da OMC. A preocupação desta em interagir como organização intergovernamental com ONGs está registrada no Artigo V.2 de seu Acordo Constitutivo: "O Conselho poderá tomar as providências necessárias para manter consultas e cooperação com organizações não governamentais dedicadas a assuntos relacionados com os da OMC".

Certamente, esse não foi um dispositivo inovador na estrutura de uma organização intergovernamental, mas foi um antídoto ao poderoso mantra herdado dos tempos do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês): "*we are a member-driven organization*".

Em tempos de intensa demanda por participação, o mantra foi sempre invocado com o intuito de afastar o incremento da participação de ONGs. Esse foi o primeiro equívoco da OMC e seu Secretariado: não recontextualizar as formas de participação de ONGs no século XXI sem que isso fosse percebido como uma redução no poder decisório dos membros.

Isso impactou, por exemplo, a política de publicidade da OMC – que é uma consagração de seu princípio da transparência. A revisão dos procedimentos em 2002 (WT/L/452) só dificultou a publicidade, retirando a discricionariedade do Secretariado. Como reverberação do mantra *member-driven*, as orientações de 2002 burocratizaram a publicação de documentos da OMC desnecessariamente – até porque, como é sabido no meio, partes sensíveis das decisões dos Conselhos e Comitês ainda são deixadas fora das atas, como um espaço exclusivo da diplomacia interestatal.

Mais recentemente, esse quadro tem sido agravado pelas restrições orçamentárias da OMC, com efeitos diretos sobre os serviços de tradução. Como resultado, o aumento no tempo para publicação tem prejudicado o acesso à informação e as articulações políticas que disso dependem e, por conseguinte, a participação da sociedade civil. Isso interfere em todos os espaços possíveis de participação para ONGs.

Nos preparativos para a 1ª Conferência Ministerial, a OMC também procurou regular a participação de ONGs por meio de orientações gerais para tal, sobretudo nos espaços de negociação e aplicação de regras (WT/L/162). A ressalva da participação associada à informação – e não ao direito de voz, que seria resguardado ao espaço doméstico (Artigo VI) – reforça o papel técnico atribuído às participações. Indiretamente, a expectativa de participação de ONGs está associada à sua informação e a uma contribuição unilateral, por escrito e sem expectativa de resposta. Ora postadas em páginas eletrônicas temáticas da Organização, ora nas páginas específicas das Conferências Ministeriais, as contribuições enviadas pelas ONGs à OMC tornaram-se meras postagens com o passar do tempo.

No mesmo sentido, tem se delineado a participação no espaço de solução de controvérsias da OMC. Até 2001, esse foi o espaço mais inovador da Organização, ao reconhecer a possibilidade de apresentação de *amicus curiae* no sistema¹. No entanto, no auge do interesse da sociedade civil pela OMC, diante do recebimento de 31 apresentações de *amici*, o Órgão de Apelação decidiu criar procedimentos para o recebimento das manifestações. A resistência *member-driven* foi grande, a ponto de pautar, posteriormente, a indicação dos membros do Órgão de Apelação.

Embora o discurso de aceitação do *amicus curiae* tenha sido, desde o primeiro caso, associado à contribuição identificada para a resolução do caso, esse argumento se fortaleceu nos últimos anos, como forma de resguardar a legitimidade da participação e preservar a posição dos integrantes do painel e do Órgão de Apelação diante dos membros.

A redução do número de ONGs interessadas na MC11 tem uma relação importante com essa expectativa de contribuição técnica – e medidas como a do recente descredenciamento se legitimam nessa expectativa. Isso influi diretamente nas escolhas de ONGs por outras formas de participação no debate do comércio internacional. Em tempos de crise, esse feitiço pode se voltar contra o feiticeiro: a despolitização favorece a marginalização da OMC, desprestigiando a Organização e seu Secretariado.



Michelle Ratton Sanchez-Badin

Professora associada da FGV Direito SP. Nessa instituição, é também uma das coordenadoras do Centro de Comércio Global e Desenvolvimento e do Programa de cátedras da OMC no Brasil.

¹ Disponível em: <<http://on.ft.com/2ByezSO>>. O descredenciamento de algumas das ONGs foi tornado público: REBRIP no Brasil; Instituto del Mundo del Trabajo, Fundación Grupo Efecto Positivo e Sociedad de Economía Crítica na Argentina; 11.11.11 na Bélgica; Derechos Digitales no Chile; Siemenpuu na Finlândia; Institute for National and Democracy Studies na Indonésia; Transnational Institute na Holanda; People Over Profit nas Filipinas; Global Justice Now! na Inglaterra; além de algumas ONGs internacionais, como UNI global union, UNI Americas e Friends of the Earth International.

² Faça aqui um jogo de palavras com o título da edição de 2017 do Fórum Público da OMC: *Trade: Behind the Headlines*. Aqui, entendo “behind” como elemento de localização espacial, e não de comunicação, como sugeria melhor o título do evento em espanhol (*más allá*) e francês (*au-delà*).

³ Para uma análise mais completa desse período, ver: Sanchez-Badin, Michelle Ratton. Breves considerações sobre os mecanismos de participação para ONGs na OMC. In: *Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, Vol. 4, No. 3, 2006, pp. 103-125.

MPMEs

A articulação produtiva das MPMEs na região SICA: reposicionamento estratégico a partir das cadeias de valor

Nahuel Oddone

Com base em um mapeamento sobre a importância das MPMEs para a América Central, o autor discute as principais iniciativas da agenda regional para promover a inserção dessas empresas no comércio internacional e analisa o que se pode esperar da Conferência Ministerial nessa área.

○ Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) foi criado por Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá – e contou com a adesão posterior de Belize e República Dominicana. O Centro Regional para a Promoção das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CENPROMYPE, sigla em espanhol) é uma instituição especializada no Subsistema Econômico da Integração Centro-Americana. Criado em 2001, tem consolidado sua contribuição regional – sobretudo em seus planejamentos estratégicos de 2008-2013 e 2014-2018, quando foi realizada a construção da Agenda Regional MIPYME, a Estratégia Regional SICA Empreende e a Estratégia Regional de Articulação Produtiva MIPYMEs.

A Agenda Regional MIPYME tem sete áreas de interesse: i) promoção do empreendedorismo; ii) fortalecimento da articulação produtiva; iii) consolidação de alianças público-privado-academia; iv) promoção do ambiente empresarial; v) desenvolvimento de financiamento inclusivo; vi) gestão do conhecimento e estatísticas; e vii) implementação de um sistema de monitoramento e avaliação. A esses sete pontos, devem ser acrescentados outros dois, considerados transversais: o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres e o desenvolvimento territorial. Como pode ser visto, essa Agenda está alinhada com questões-chave da Organização Mundial do Comércio (OMC), como a articulação produtiva através de cadeias de valor; o financiamento do comércio e das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs); e a participação econômica das mulheres.

Em abril de 2017, o Conselho de Administração da CENPROMYPE aprovou a Estratégia Regional de Articulação Produtiva MIPYME, que busca "melhorar a competitividade, a inclusão e o aumento da participação das MPMEs nos mercados da Região SICA". Nesse mesmo ano, na reunião dos chefes de Estado e Governo do SICA, os presidentes aprovaram a Estratégia "com o objetivo de fortalecer as capacidades institucionais das MPMEs e aumentar a competitividade e participação no mercado dessas empresas".

A principal mudança gerada na região SICA é a forma de fazer política regional para a atenção das MPMEs e é baseada em êxitos como o desenvolvimento de metodologias harmonizadas de intervenção por área temática em escala regional, que servem como um guarda-chuva para o desenvolvimento de políticas nacionais. Também, passou-se a investir em facilitadores e promotores para assegurar uma execução descentralizada de apoio às MPMEs por meio dos Centros de Atenção para MPMEs.

Outro sucesso observado na região SICA é a formação do Sistema Regional de Informação MIPYME (SIRMIPYME) como um bem público regional, que permite que as decisões sejam tomadas com base em evidências estatísticas¹. O SIRMIPYME é enquadrado dentro do eixo de gestão do conhecimento da Agenda Regional MIPYME, com o objetivo de melhorar a tomada de decisão pelos órgãos de governo dessas empresas a nível nacional.

MPMEs na região SICA

A região SICA constitui um mercado importante em termos agregados, uma vez que a soma de suas oito economias é aproximadamente o peso da economia da Venezuela ou

Quadro 1. Classificação de MPMEs segundo países da região SICA

PAÍS	VARIÁVEIS	MICRO	PEQUENA	MÉDIA
Belize	Funcionários	1-5	5-19	20-50
	Vendas	100.000	500.000	1.500.000
	US\$	50.000	250.000	750.000
	Investimento	50.000	150.000	500.000
Costa Rica	Emprego, vendas e ativos	1-10	11-35	36-100
El Salvador	Emprego	10	50	100
	Vendas Salários Mínimos	482	4.817	N.E
	Anual	106.000	1.060.000	
Guatemala	Emprego	1 - 10	11 - 25	26 - 60
Honduras	Emprego	1 - 10	11 - 50	51 - 150
Nicarágua	Emprego	1 - 5	6 - 30	31 - 100
	Ativos	200.000	1.500.000	6.000.000
	US\$	8.356	62.670	250.681
	Vendas (ano)	1.000.000	9.000.000	40.000.000
	US\$	41.780	376.000	1.671.000
Panamá	Emprego	1 - 5	6 - 20	21 - 100
	Vendas (ano)	150.000	150.000 - 1.000.000	1.000.000 - 2.000.000
República Dominicana	Emprego	1 - 10	11 - 50	51 - 100
	(Estudos /Normativa)	1 - 15	16 - 60	61 - 200
	Vendas US\$	60.000	1.200.000	5.000.000

Fonte: SIRMIPYME-CENPROMYPE, 2017

do Chile. Mais de 70% das empresas da região são micro ou pequenas empresas e, se incorporarmos empresas médias, esse percentual passa dos 90%.

A região SICA precisa aumentar seu comércio intrarregional (que atinge apenas 30%) e consolidar sua participação nos mercados internacionais, fortalecendo o papel de suas empresas, atraindo investimentos estrangeiros diretos e participando ativamente das cadeias de valor regionais e globais. Mais exportações e importações intrarregionais são necessárias para exportar mais para mercados extrarregionais e com um melhor valor agregado. A participação no comércio exterior é crucial para ajudar as MPMEs a se tornarem mais produtivas e crescerem.

Com base nos dados oferecidos pelo SIRMIPYME, é possível construir a seguinte classificação dessas empresas nos países da região SICA.

A radiografia das MPMEs realizada por Caldentey² indica que, em todos os países, o percentual de empresas com menos de 10 trabalhadores é superior a 70% do número total de empresas, atingindo 97,20% em El Salvador, 96,22% em Honduras, 89,87% no Panamá e 81,81% no Belize. As empresas com 11-50 funcionários respondem por 20,7% do total na República Dominicana e 16,6% na Guatemala. As empresas com mais de 50 funcionários têm baixa frequência na região, já que em nenhum caso excedem 7% do número total de empresas.

Mais de 43% das microempresas da região pertencem ao setor comercial, bem como 30% das pequenas e 25% das médias. Quanto ao setor de manufatura, apenas 8,7% são micro, quase 12% são pequenas e 17,5% são médias.

As exportações de MPMEs não excedem 50% do suprimento exportável. A Guatemala é, sem dúvida, o país onde MPMEs têm maior participação nas exportações: 50%, com percentual de 27% para exportações de microempresas. No outro extremo está El Salvador, país em que as MPMEs representam apenas 14%. Na República Dominicana,

23,29% da oferta exportável é representada por MPMEs, com pequenas empresas responsáveis por quase 10%.

No setor de fabricação, a exportação de instrumentos e equipamentos médicos e conexões de circuitos elétricos representa 38,5% das vendas totais ao exterior das MPMEs dominicanas; joias e itens de vestuário atingem 9,7%. Na Guatemala, 25% das exportações de MPMEs correspondem a vestuário e têxteis e, por sua vez, o setor agrícola representa 18%. Na Costa Rica, 23% das exportações das MPMEs estão concentradas no setor agrícola e 16% nos instrumentos e equipamentos médicos. Em El Salvador, a maquila têxtil e de vestuário representou importantes percentuais de exportação nos últimos anos para pequenas e médias empresas.

O comércio intrarregional para as exportações de MPMEs apresenta um enorme desafio, já que os Estados Unidos ainda figuram como o principal destino de exportação dos países da América Central. Na República Dominicana, as vendas para o mercado estadunidense atingem 66,3%; na Guatemala, esse percentual é de 50,9%. Por outro lado, a Região SICA tem grande importância para as exportações das MPMEs costarriquenhas (24,3% do total) e guatemaltecas (18,7%).

A estratégia regional de articulação produtiva para MPMEs

Hoje tema de grande interesse político na América Latina e no Caribe, a articulação produtiva nos permite repensar a integração regional com base na política industrial, tecnológica, comercial e de infraestrutura. A Estratégia Regional entende que a articulação produtiva é constituída por "políticas que promovem acordos colaborativos entre os agentes econômicos, com o objetivo de melhorar o acesso a mercados, aumentar a competitividade das empresas e melhorar as condições do meio ambiente".

A agregação de valor e participação em cadeias de valor regionais e globais deve ser considerada como o principal motor no projeto de políticas públicas de investimento; educação; ciência, tecnologia e inovação; participação das mulheres; infraestrutura e logística; meio ambiente; e, claro, comércio.

O sucesso dessa articulação produtiva com atenção às MPMEs está vinculado à confiança, participação e apoio do setor privado. Dessa forma, o diálogo público-privado é essencial nesse processo, bem como o diálogo público-público (para evitar sobreposições ou lacunas na competência) e o diálogo privado-privado (para fortalecer a associatividade).

O setor privado muitas vezes expressa sua fadiga diante de pesquisas, diagnósticos e programas que desviam o tempo que deveria ser investido em atividades produtivas para consultas que consideram improdutivas ou de baixo impacto. É necessário demonstrar resultados econômicos e contribuir com uma das principais restrições enfrentadas pelos empreendedores de MPMEs: acesso a financiamento.

Na maioria dos casos, as escassas garantias disponíveis são consumidas em operações de curto prazo, estrangulando os processos de crescimento e expansão. Existem deficiências de financiamento estrutural baseadas em altos custos de crédito, curto prazo e falta de garantias adequadas. Nesse sentido, é necessário projetar pacotes financeiros a partir de uma perspectiva que leve em consideração as cadeias de valor, contemplando a realidade produtiva dos diferentes links e do tecido comercial da região.

Como mostra a OMC⁹, a participação das MPMEs nas cadeias de valor contribui com seu acesso ao financiamento e, portanto, garante a solidez do comércio internacional. Basta pensar que cerca de 80% do comércio mundial depende de algum tipo de financiamento ou seguro de crédito. Para a OMC, a falta de acesso ao financiamento é uma das principais barreiras não tarifárias ao comércio – por isso, o crédito direto entre empresas através de *factoring*, ou o sistema de transações por meio de "conta aberta" para os relacionamentos mais sólidos, pode ser muito útil para o marketing nas cadeias de suprimentos. O mesmo pode ser dito com relação aos meios de financiamento com intermediação

bancária baseada em um cartão de crédito, ou mesmo empréstimos diretos à exportação concedidos antes do embarque para um pedido de exportação confirmado.

É preciso mitigar as falhas nos mercados financeiros que têm um impacto excessivo nos processos de internacionalização e vinculação das MPMEs, ao mesmo tempo que geram opções de financiamento inovadoras. Ao consolidar abordagens multi-atores e sistêmicas em relação a seus beneficiários diretos e indiretos, o desenho de políticas públicas em termos de cadeias de valor contribui para o processo de "integrar a integração", além de aumentar a participação do setor privado e atenuar falhas no mercado.

Como já foi mencionado, o último esforço desenvolvido pela CENPROMYPE foi a construção da Estratégia Regional de Articulação Produtiva para MPMEs⁴. Sem dúvida, os países da região SICA operam economicamente em uma das regiões mais abertas do planeta e possuem uma rede de acordos preferenciais de comércio⁵. Como afirma a OMC, "Os avanços tecnológicos, através da expansão do comércio eletrônico e da evolução das cadeias de valor globais, estão gerando novas oportunidades de negócios para as MPMEs. É cada vez mais comum que os acordos regionais contenham disposições sobre essas empresas"⁶.

A participação em cadeias de valor permite o acesso a novas tecnologias, habilidades de negócios e redes de inovação que tendem a aumentar a produtividade e devem melhorar a qualidade do emprego e dos salários. No entanto, é um desafio para as MPMEs da região aumentar sua capacidade de absorção, isto é, identificar, assimilar e aplicar conhecimento externo para fins produtivos e comerciais.

O aprofundamento dos vínculos existentes e o estímulo à formação de novos, associados à incorporação de inovações tecnológicas e à digitalização, devem permitir a ampliação das atividades mais complexas nas cadeias regionais de valor com base nas capacidades de absorção das MPMEs nacionais. Basta lembrar que, segundo estimativas, as MPMEs digitais crescem 9% mais rapidamente, vendem 7% mais, geram 9% mais renda, reduzem seus custos em 5% e aumentam sua produtividade em 16%. A digitalização das MPMEs é fundamental para reduzir a lacuna e aumentar a produtividade e qualidade para uma melhor concorrência global, criando condições de maior igualdade no comércio internacional, como argumenta a OMC.

O que as MPMEs podem esperar da Conferência Ministerial?

Tendo em conta o cenário analisado, é essencial acompanhar cuidadosamente as contribuições dos "Amigos das Micro, Pequenas e Médias Empresas" na 11ª Conferência Ministerial (MC11, sigla em inglês), a ser realizada em Buenos Aires. O Grupo que Argentina e Brasil propuseram criar conta com o apoio de países da região SICA (Costa Rica, Guatemala e Panamá) e tem como objetivo promover o trabalho em questões como: i) maior acesso a informações e oportunidades de mercado; ii) conformidade com os quadros regulatórios; iii) transporte e logística; iv) acesso ao crédito; v) conectividade digital; e vi) desenvolvimento tecnológico.

Em sua recente visita aos países da América Central, o diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo, visitou pela primeira vez a Nicarágua e a Guatemala. É importante ressaltar que a Nicarágua foi o primeiro país latino-americano a ratificar o Acordo de Facilitação do Comércio (TFA, sigla em inglês). A Guatemala, por sua vez, se destacou na coordenação do Grupo das Economias Pequenas e Vulneráveis (GEPV) na OMC – que contribuiu com propostas para a MC11⁷. Nesse sentido, os dois países refletem, na OMC, linhas de trabalho importantes para a região SICA.

De fato, sob a expectativa de que a desburocratização contribui diretamente para uma maior competitividade das empresas, a região SICA avançou de forma expressiva na harmonização, homologação, automação e otimização dos processos de comércio exterior, através da utilização de uma plataforma digital colocada à disposição dos operadores. Destaca-se, ainda, que Belize, Honduras, Panamá e El Salvador também ratificaram o

TFA e que os países da região têm avançado no desenvolvimento da "Estratégia Centro-Americana de Facilitação do Comércio".

A MC11 permitirá rever alguns resultados preliminares do TFA, bem como buscar respostas para algumas questões-chave da agenda do CENPROMYPE e dos países da região SICA, por exemplo:

- i) como criar um sistema de comércio inclusivo?
- ii) como fortalecer a autonomia econômica das mulheres a partir da consolidação do comércio e de novos encadeamentos produtivos?
- iii) como gerar novos empregos diante de uma mudança no paradigma tecnológico?
- iv) como acompanhar o processo de adaptação das MPMEs à digitalização global e às novas formas de fazer negócios?
- v) como desenhar sistemas alternativos e inovadores de financiamento que permitam a impulsão das MPMEs via uso de tecnologias?

Em resumo, a MC11 discutirá como alcançar o livre comércio inclusivo, que pode socializar os benefícios para grandes maiorias e consolidar uma espiral de crescimento baseada na criação de emprego de qualidade como a única alternativa contra ondas de neoprotecionismo. Nesse regime de livre comércio inclusivo, as MPMEs são parceiras estratégicas.

-
- ❶ Ver, por exemplo, o *Informe de estadísticas de exportación de la MIPYME Región SICA 2015*, publicado em 2017 por SIRMIPYME.
 - ❷ Ver: Caldentey, Pedro. *Las políticas públicas de apoyo a la MIPYME en la Región SICA*. San Salvador: CENPROMYPE, 2017.
 - ❸ Ver: OMC. *La financiación del comercio y las pymes: subsanar las diferencias*. Ginebra: OMC, 2016.
 - ❹ Ver, por exemplo, a *Estrategia Regional de Articulación Productiva MIPYME*, publicada por CENPROMYPE em 2017.
 - ❺ O Acordo de Associação com a União Europeia, por exemplo, deve contribuir para a criação de economias de maior escala, com séries mais longas de produção industrial e novos atrativos para a diversificação dos produtos por cada MPME que acessar o mercado ampliado. Conhecido como ADA, o Acordo também pode contribuir para a especialização intraindustrial e intraproduto, já que o crescimento do comércio de produtos manufaturados se vê favorecido com o aumento do comércio intraindustrial. Ademais, o ADA pode impulsionar o desenvolvimento tecnológico, considerado indispensável para o aproveitamento dos elementos anteriores.
 - ❻ Ver: OMC. *Informe sobre el comercio mundial 2016. Igualdad de condiciones para el comercio de las pymes*. Ginebra: OMC, 2016, p. 3.
 - ❼ Do GEPV, também participam Belize, El Salvador, Honduras, Nicarágua e República Dominicana, buscando um tratamento especial e diferenciado nas negociações.



Nahuel Oddone

Assessor regional de Ambiente de Negócios da CENPROMYPE-SICA.

SERVIÇOS

Consolidando a contribuição dos serviços para o crescimento, emprego e comércio

Patrick Low

Por que os serviços têm ocupado uma posição relativamente marginal nas negociações de comércio internacional? O autor discute essa questão e delinea para a Ministerial um cenário sem "grandes resultados" nos eixos principais da agenda de serviços.

Historicamente, o setor de serviços tem sido privado de políticas sólidas e de uma atenção acadêmica adequada. Essa negligência está sendo gradualmente corrigida, mas ainda temos um longo caminho pela frente.

Tal desatenção histórica é compreensível do ponto de vista do pensamento econômico clássico, que entende "valor" como uma acumulação do excedente de produção. Em grande medida, os serviços são associados ao consumo e à impossibilidade de seu armazenamento. Hoje compreendemos muito melhor como os serviços são uma fonte de valor e quais deles contribuem também para o aumento da produtividade através da inovação de processos e produtos.

Outro motivo pela falta de atenção ao setor de serviços está relacionado à sua mensuração em comparação a outros bens. Mais precisamente, a dificuldade do cálculo decorre de seu caráter intangível e à heterogeneidade que caracteriza a oferta de serviços no mercado. Para atender às necessidades de consumidores individuais, os serviços tendem a ser mais customizados e, portanto, é muito mais difícil identificar os preços por unidade de determinados serviços.

Além disso, não raro sua comercialização se dá conjuntamente com outros serviços ou bens e, na ausência de um cuidadoso e custoso exercício de desagregação, permanecem não identificados isoladamente como fonte de valor. Assim, muitos serviços são incorporados às estatísticas como bens e nunca identificados separadamente.

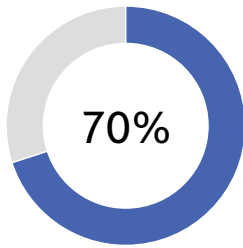
A contribuição dos serviços para o comércio

Em contraste com os dados do produto interno bruto (PIB), os números do comércio aparecem como dados brutos. Isso torna impossível capturar a real composição do valor exportado, assim como sua origem. As importações precisam ser deduzidas das exportações para determinar a origem geográfica de fontes de valor. Esse exercício de desagregação também permite obter informações sobre a real composição dos insumos que contribuíram para o valor total dos produtos que entram no mercado.

O instrumento estatístico que permite essa reconstrução é uma tabela insumo-produto global, que apresenta de forma agregada as tabelas de insumo-produto nacionais. Construir esse banco de dados é uma tarefa ambiciosa, e só foi possível realizá-la nos últimos anos.

Quando a verdadeira natureza dos insumos e sua origem são identificadas, a imagem do comércio internacional se transforma. O saldo comercial bilateral da conta corrente (por conseguinte, o valor agregado de cada país ao longo da cadeia de produção) fica muito diferente, assim como o conteúdo tecnológico das contribuições individuais à produção dos diferentes países. Com dados de valor agregado, também se revela a verdadeira natureza das relações de dependência através do comércio.

As diferenças fundamentais entre dados brutos do comércio e números de valor agregado do comércio são facilmente encontradas na literatura. Diversos casos podem ser observados na indústria eletrônica: por exemplo, um celular montado na China possui



Percentual do PIB mundial que corresponde ao setor de serviços

um grande número de insumos importados de outros lugares – como Japão, Coreia e Alemanha. Com as estatísticas brutas de comércio, o valor total do celular é registrado como uma exportação da China. Mas quando as importações são deduzidas e as fontes de valor são corretamente identificadas, a contribuição da China para o valor do celular exportado é significativamente reduzida, revelando tanto a contribuição do valor doméstico real (em grande parte, operações de montagem), assim como o real conteúdo tecnológico do produto supostamente “feito na China”.

Essa mudança na abordagem estatística nos ensina algo importante sobre serviços. O que tradicionalmente classificamos como comércio de mercadorias possui várias fontes de valor gerado por serviços – e isso altera dramaticamente nossa visão sobre o papel dos serviços no comércio. Alguns produtos classificados como bens devem muito de seu valor aos serviços, ainda mais quando o valor final do produto é definido no ponto de venda – ao invés de considerarmos o preço ex-fábrica ou no ponto de exportação.

As estatísticas tradicionais de comércio geralmente atribuem aos serviços uma contribuição de 20 a 25% no valor total das exportações. Quando são incluídos dados de valor agregado, esse valor se aproxima de 50% – talvez até mais.

Esse trabalho revela outro aspecto que confere ainda menos credibilidade à ideia de que os serviços têm pouco a ver com comércio. Quando observamos a composição das exportações e o grau com que o valor gerado pelos serviços está integrado nesses produtos, logo percebemos que todos os serviços que atuam como insumos na produção são comercializáveis, dependendo de como estejam ligados a essas mercadorias (e a outros serviços).

Os serviços representam cerca de 70% do PIB global e metade ou mais do valor real dos fluxos comerciais. Daí a necessidade de garantir que a regulação internacional em matéria de serviços permita ao comércio desempenhar um papel fundamental na obtenção de benefícios mútuos a partir de um maior crescimento e desenvolvimento global.

A busca de resultados na Ministerial

Compromissos específicos

O Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS, sigla em inglês) foi, sob alguns aspectos, feito à imagem do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês), mas com diferenças importantes que refletem os contrastes entre o comércio de bens e o comércio de serviços.

Uma característica chave do GATS são os compromissos específicos do setor para acesso a mercado, tratamento nacional e cooperação regulatória. No entanto, vários compromissos nacionais específicos são relativamente dispersos, e a maioria deles estabelece um benchmark de tratamento garantido de políticas públicas para parceiros comerciais que, em vários casos, reflete consideravelmente menos do que aquilo que os sócios comerciais realmente oferecem em suas condições de acesso. A distância entre a política real e a política “no papel” faz pouco para oferecer segurança comercial.

Os esforços para lidar com a cobertura e a profundidade dos compromissos específicos fazem parte do mandato da Rodada Doha, mas pouco foi alcançado. A possibilidade de algum progresso nesse domínio durante a 11ª Conferência Ministerial (MC11, sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC) parece inexistente.

Regulação doméstica

Várias provisões do GATS refletem um trabalho em andamento. Essas provisões preveem o estabelecimento ou aperfeiçoamento de regras sobre serviços, medidas de salvaguarda, compras governamentais e subsídios. O trabalho sobre regulação doméstica tem recebido muita atenção ultimamente: cerca de 22 delegações se uniram em torno de um rascunho consolidado, com ampla cobertura de temas nessa matéria. No entanto, nem todos os envolvidos estão de acordo com o texto, e vários não-signatários da proposta têm pontos de vista fundamentalmente incompatíveis com o documento, em várias questões.

O Grupo Africano, em particular, tem fortes reservas ao texto proposto. Os membros do Grupo questionam as implicações das disciplinas propostas para o desenvolvimento. Entre as preocupações levantadas, estão os onerosos pesos administrativos que poderiam estar envolvidos, uma intrusão excessiva nos processos de formulação de políticas e restrições no direito de regular por razões de política pública. Embora os Estados Unidos não tenham apresentado nenhuma proposta, acredita-se que o país tenha fortes reservas ao conteúdo proposto e à viabilidade de consenso quanto a um texto na MC11.

Propostas sobre facilitação do comércio de serviços

Há alguns meses, a delegação indiana tem trabalhado em uma proposta de acordo de facilitação do comércio de serviços. A Índia reconheceu que o tema não está maduro para a MC11 e propõe retomá-lo em 2018.

Comércio eletrônico

As discussões sobre o trabalho da OMC em matéria de comércio eletrônico continuaram ao longo da maior parte de 2016, sob os auspícios do Conselho Geral da OMC. O mandato atual para esse trabalho remonta a 1998. Desde então, muito se discutiu e vários rascunhos foram propostos, mas nenhum encontrou apoio suficiente para servir como base de trabalho para avanços.

As questões centrais são: se deve continuar a explorar a relevância das provisões da OMC para o e-commerce?; os países devem ampliar a questão e debater como a OMC pode contribuir para um sólido regime internacional de comércio eletrônico?; ou devem os membros lançar as negociações sobre o tema agora? As posições defendidas pelas delegações são fortemente contrastantes com relação a esses pontos, mas seria possível avançar na construção de um terreno comum se outros resultados forem alcançados na MC11.

O futuro

Não parece plausível esperar grandes resultados em matéria de serviços na MC11. Provavelmente, nenhum resultado será colhido na Conferência. No longo prazo, a OMC precisa finalmente definir uma agenda de serviços que reflita sua crescente importância na atividade econômica mundial. Um regime sólido para esse setor também é vital para o crescimento, a geração de empregos e o desenvolvimento.

A questão vai além do peso absoluto dos serviços nas economias e no comércio: os serviços representam a vanguarda da economia digital – e a OMC não está bem equipada para lidar com essa nova realidade. Se esses desafios não forem superados, a instituição se tornará cada vez mais irrelevante.



Patrick Low

Professor visitante na Universidade de Hong Kong, diretor do Programa AsiaGlobal Fellows e ex-economista chefe da OMC (2007-2013).

SEGURANÇA ALIMENTAR

O papel do comércio na segurança alimentar frente à ameaça do aquecimento global

Martin Piñeiro

Identificando o vínculo entre comércio, segurança alimentar e mudança climática, o autor sugere objetivos e ações que considera necessários por parte de organizações internacionais como a OMC para o bom desempenho dos sistemas alimentares mundiais.

A segurança alimentar foi reconhecida como um direito de todos os cidadãos do mundo na Cúpula da Alimentação de 1996 da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês). Mais recentemente, o tema foi incorporado com destaque aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à agenda das Nações Unidas, da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de grupos mais exclusivos, como o G20.

No entanto, o tratamento da "segurança alimentar" tem enfatizado sua dimensão humanitária sem que seus vínculos com o comércio internacional e o aquecimento global fossem adequadamente contemplados. Essas conexões possuem implicações tão profundas para o futuro da humanidade que se torna necessário considerá-las de forma conjunta nos mecanismos da governança mundial. As articulações entre segurança alimentar, comércio agrícola e mudança climática apresentam as seguintes dimensões:

i) a insegurança alimentar é um dos grandes problemas do mundo, não apenas pelo sofrimento humano ligado à fome e desnutrição, como também pela relação direta com os conflitos regionais e processos migratórios. Ainda hoje, cerca de um bilhão de pessoas sofrem com a fome e desnutrição, apesar dos esforços em reduzir tais mazelas.

ii) embora a produção nacional seja a principal fonte de alimentos para o consumo interno, a importância do comércio internacional aumentou rapidamente nos últimos anos. Hoje, 20% do consumo de alimentos no mundo é suprido por meio do comércio internacional. Portanto, a produção dos países que exportam alimentos – em particular aqueles que são exportadores líquidos – contribui de forma significativa e necessária ao equilíbrio alimentar mundial, bem como para o abastecimento de alimentos nos países importadores.

iii) produzir alimentos para satisfazer a crescente demanda mundial exige o aumento da utilização de recursos naturais agrícolas e também a intensificação da produção com insumos tecnológicos. Esse aumento da produção de alimentos resultará na elevação das emissões de gases de efeito estufa (GEEs) e em um maior uso de água. Pesquisas recentes mostram que as regiões com maior quantidade de recursos naturais e que utilizam padrões tecnológicos mais adequados (por exemplo, o uso da semeadura direta) têm uma menor pegada de carbono e outros GEEs por unidade de produto. Além disso, utilizam um volume menor de água verde – aquela que provém de chuvas e que não possui usos alternativos¹. Essas mesmas pesquisas indicam que, se a pegada de carbono for calculada tomando em conta o sequestro de carbono (ou seja, como emissões líquidas), a agricultura desenvolvida nesses sistemas agroecológicos mais favoráveis e com tecnologia adequada contribui muito menos para o aquecimento global do que afirmam os relatórios apresentados à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês).

Os argumentos anteriores sugerem que um programa global para eliminar a insegurança alimentar no mundo deve ter três objetivos principais, os quais devem ser incorporados à agenda da governança mundial. Primeiramente, é necessário alcançar níveis globais de produção suficientes para satisfazer a crescente demanda mundial por alimentos.

Essa oferta deve ser estável ao longo do tempo, e a preços razoáveis – o que exige um significativo montante de investimentos no desenvolvimento e transferência de tecnologia, infraestrutura física e desenvolvimento de sistemas agroalimentares eficientes e inclusivos. Em segundo lugar, essa produção global deve contribuir o menos possível para o aquecimento global e ser eficiente quanto ao uso da água e do solo. Como foi mencionado acima, tais condições são afetadas pela localização geográfica da produção e pelos padrões tecnológicos. Consequentemente, a produção de alimentos deveria ser gradualmente orientada à expansão nas regiões geográficas mais favorecidas e com a utilização de padrões tecnológicos adequados às necessidades da sustentabilidade e a baixa emissão de GEEs por unidade de produto. O terceiro objetivo é consolidar um comércio internacional e um desenvolvimento de sistemas alimentares mundiais que sejam eficientes e atendam às necessidades nutricionais dos consumidores.

Para alcançar esses objetivos, é preciso uma ação coordenada por parte dos organismos internacionais com mandatos específicos nesses temas – por exemplo, a FAO, o Programa Mundial de Alimentação (WFP, sigla em inglês) e, de modo mais específico e restrito, a OMC.

São cinco as ações coordenadas de especial importância para avanços nessa direção:

i) acordar um novo esforço internacional, que conte com um significativo apoio financeiro da comunidade internacional às atividades de inovação tecnológica focadas na intensificação sustentável da produção agropecuária e na transferência internacional dessa tecnologia. O desenvolvimento tecnológico a ser promovido deveria não apenas ser direcionado ao aumento da produtividade dos recursos naturais de maneira sustentável, como também ser eficiente em relação às emissões de GEEs e utilização da água.

ii) promover e facilitar o aumento de uma produção de alimentos nos sistemas agroecológicos mundiais que seja mais eficiente em termos de pegada de carbono e outros GEEs, assim como na utilização de água por unidade de produto.

iii) promover o desenvolvimento, aceitação e aplicação de diretrizes voluntárias a respeito do desenvolvimento e funcionamento dos sistemas agroalimentares mundiais. Tais diretrizes devem contribuir para que os sistemas agroalimentares sejam eficientes, inclusivos, respondam às necessidades alimentares e aos padrões de inocuidade e qualidade dos alimentos requeridos pelos consumidores em todo o mundo, além de minimizarem a emissão de GEEs.

iv) avançar na liberalização do comércio de alimentos no âmbito da OMC, de modo a fazer com que a contribuição de uma produção mais eficiente para a segurança alimentar mundial seja cada vez maior no que diz respeito à redução dos GEEs gerados pela agricultura mundial.

v) avançar nos velhos temas do Acordo sobre Agricultura, mas também incorporar áreas que tenham sido consideradas no passado, mas sem grandes êxitos. Três temas adquirem particular relevância nas atuais negociações multilaterais: restrições à exportação de alimentos em troca de um maior acesso a mercado; a incorporação de padrões ambientais; e inventários públicos de alimentos com fins de segurança alimentar ou apoio à eliminação da pobreza rural².



Martin Piñeiro
Diretor do Comitê de Assuntos Agrários do CARU e membro-fundador do Grupo de Países Produtores do Sul (GPS).

¹ Ver: Viglizzo, Ernesto; Ricard, M. Florencia. *Beyond the Footprint: Two tales on water, carbon and food*. Buenos Aires: GPS, abr. 2017. Ver também: Viglizzo, Ernesto; Ricard, M. Florencia. *Secuestro de carbono en tierras rurales: un "eslabón" perdido en los inventarios?* Buenos Aires: GPS, SRA e CONICET. Out. 2017.

² Essa discussão foi aprofundada em: Piñeiro, Valeria; Piñeiro, Martin (eds.). *Agricultural Trade Interests and Challenges at the WTO Ministerial Conference in Buenos Aires: A Southern Cone Perspective*. Buenos Aires: IICA, IFPRI, GPS, Bolsa de Cereales, INAI e ICTSD, dez. 2017.

PESCA

O marco institucional da OMC e o desafio da pesca excessiva

U. Rashid Sumaila

Este artigo destaca a importância das negociações multilaterais sobre pesca para o desenvolvimento sustentável. Diante da dificuldade em se alcançar um acordo no tema na OMC, o autor propõe alguns caminhos que podem contribuir para que os membros avancem nessa direção.

Dois importantes objetivos da Organização Mundial do Comércio (OMC) que são relevantes para os problemas relacionados à sobrepesca são: i) expandir a produção e o comércio de bens e serviços, permitindo ao mesmo tempo o uso otimizado dos recursos mundiais; e ii) proteger e preservar o meio ambiente e aprimorar os meios de fazê-lo de modo compatível com as necessidades e interesses dos países membros segundo os diferentes níveis de desenvolvimento econômico.

Como uma organização do comércio, o desafio inicial da OMC era encontrar um canal por meio do qual pudesse contribuir para a redução da sobrecapacidade e sobrepesca – o que ajudaria a cumprir com seus próprios objetivos de desenvolvimento sustentável, como mencionado acima.

Considerando que a ciência e a economia do setor pesqueiro têm oferecido elementos o suficiente para comprovar o caráter prejudicial de certos tipos de subsídios à pesca quando se trata de sobrepesca, a experiência da OMC em relação ao comércio e as distorções de mercado fez da Organização uma forte candidata para lidar com esses temas.

Nesse sentido, a Conferência Ministerial de Doha (2001) lançou negociações para esclarecer e aprimorar as disciplinas da OMC sobre subsídios à pesca. Além disso, delegados na Conferência Ministerial de Hong Kong (2005) chegaram a um amplo acordo sobre o fortalecimento das regras acordadas em Doha. Nessa ocasião, os membros da OMC concordaram em proibir certas formas de subsídios à pesca que contribuem para a sobrecapacidade e sobrepesca.

Uma questão central na conjuntura atual é: até que ponto o marco institucional da OMC tem sido útil para ajudar a resolver o desafio da sobrepesca? Dado que até agora não se aprovou nenhuma regra sobre subsídios à pesca na Organização, é fácil concluir que o marco institucional tem falhado em contribuir para conter a sobrepesca.

A seu favor, podemos dizer que a OMC tem se esforçado para chegar a um acordo, como fica claro com a atual Rodada em Buenos Aires. Considerando o estado da pesca em várias partes do mundo, a OMC precisa redobrar seus esforços para chegar a um acordo antes que seja demasiado tarde.

Uma das vantagens para os delegados nessa oportunidade é que existe um consenso global ainda maior sobre a necessidade de disciplinar certos tipos de subsídios à pesca – como expressa o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 14.6 das Nações Unidas.

Para avançar na regulação dos subsídios, é preciso que a OMC exerça uma pressão ainda maior sobre os membros para que haja melhorias na transparência quanto a essa matéria – sendo este um pré-requisito para a continuidade dos trabalhos. Uma melhor transparência pode estimular a ação, ao revelar a escala do problema e oferecer evidências sólidas que futuramente sejam aceitas pelos governos que possuem responsabilidade na implementação de reformas.

Com efeito, uma base de dados robusta permitiria que governos e sociedade civil monitorassem aumentos ou reduções nos níveis de ajuda. Isso favoreceria a transparência e o monitoramento de reformas unilaterais, fortaleceria as reformas coletivas e permitiria verificar a implementação dos compromissos de redução. Atualmente, os membros da OMC são obrigados a notificar subsídios à pesca sob o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, mas seu efetivo cumprimento carece de grandes avanços.

Uma abordagem que poderia resultar em progresso é começar com a definição de regras multilaterais nas áreas em que os membros já atingiram consenso nas negociações da OMC. Como identificado no relatório de 2011 do presidente do Grupo de Regras da OMC, as áreas em que houve um acordo relativo incluem as disciplinas sobre embarcações pesqueiras, transferência de embarcações e acordos de acesso.

No contexto das negociações da OMC, o grupo de países da África e Pacífico apresentou, no início de 2015, um pequeno pacote de disciplinas sobre subsídios. No mesmo período, Argentina, Islândia, Nova Zelândia, Noruega, Peru e Uruguai apresentaram outra proposta, na qual sugerem que ainda existe interesse em definir regras multilaterais nessa matéria. Os dois documentos incluem uma lista básica de subsídios proibidos, como aqueles que beneficiam a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INDNR) e que afetam os estoques em situação de sobrepesca.

Outro potencial caminho para avançar na regulação dos subsídios é estabelecer disciplinas multilaterais construídas passo a passo e "de baixo para cima". Talvez em parceria com organizações intergovernamentais, um grupo de países poderia estimular a ação coletiva com compromissos voluntários para a reforma de subsídios. Através de um processo similar àquele adotado nas negociações sobre mudança climática, cada país declararia a quantidade de subsídios que voluntariamente eliminariam dentro de um período de tempo específico. Com base nesses compromissos voluntários, o grupo então negociaria a "lacuna de ambição" restante entre as ofertas feitas e o nível necessário de reduções globais.

Esse tipo de iniciativa pode, por si só, estimular outros países a seguir o exemplo desse grupo. Para efetivamente reduzir a "lacuna de ambição" entre as ofertas voluntárias e o nível necessário de reduções, essa abordagem requer participação multilateral – ou ao menos dos maiores provedores mundiais de subsídios à pesca. Organizações não governamentais e outros grupos da sociedade civil poderiam ajudar a acelerar a adoção dessa abordagem por meio do encorajamento e da pressão sobre os países.

Essa recomendação deve estar em conformidade com os acordos internacionais já existentes. Para implementar essa opção na OMC, seria necessária a liderança de acordos regionais de comércio pertinentes e um grupo central mais amplo, com os principais países que concedem subsídios.

Dada a dificuldade em alcançar regras sobre subsídios no âmbito da OMC e da necessidade urgente de tomar medidas para lidar com os problemas em relação aos oceanos e à pesca, uma possível solução seria que um grupo de países, talvez em parceria com organizações intergovernamentais, avançasse na criação dessas regras.

❶ Esse artigo baseia-se em: Sumaila, U. Rashid. *Opciones de política comercial para océanos y pesca sostenibles*. In: Grupo de expertos E15 sobre los océanos, la pesca y el sistema de comercio, Documento de opciones de política. Iniciativa E15. Ginebra: ICTSD, WEF, 2016.



U. Rashid Sumaila
Diretor da Unidade de Pesquisa
sobre Economia da Pesca,
University of British Columbia.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desenvolvimento sustentável e a OMC: das contradições ao equilíbrio

Lígia Maura Costa

Este artigo analisa alguns caminhos possíveis para alcançar, na OMC, o equilíbrio entre a liberalização do comércio e as necessidades de desenvolvimento sustentável. Segundo a autora, a Ministerial pode contribuir para criar condições nessa direção.

Liberalização comercial: muitos a veneram. Outros a maldizem. No entanto, todos são unânimes em reconhecer que a liberalização comercial e o desenvolvimento sustentável são inseparáveis. Nos próximos anos, muitos dos desafios da Organização Mundial do Comércio (OMC) estão relacionados aos impactos do desenvolvimento sustentável no comércio internacional – como é notório no caso da mudança do clima e dos recursos naturais. Hoje, não se pode avançar de um lado, sem concomitantemente proteger o outro lado. Ao mesmo tempo, o conceito “desenvolvimento sustentável” é muito amplo e flexível – o que gera muitas controvérsias.

Contradições do desenvolvimento sustentável na OMC

Em seu Preâmbulo, o Acordo Constitutivo da OMC reconhece que as políticas comerciais dos países membros devem apoiar a elevação dos padrões de vida, garantir o pleno emprego e o crescimento econômico e buscar a melhor utilização dos recursos globais. Esses aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável também são mencionados nas Declarações de Cingapura, Genebra e Doha, bem como no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês) de 1994 e a Cláusula de Habilitação, para citar alguns casos.

Isso sugere que o desenvolvimento sustentável é a mola propulsora da estrutura da OMC. Da mesma forma, os acordos da Organização apresentam um total de 155 disposições dirigidas aos países em desenvolvimento e seus problemas de desenvolvimento crônico.

No entanto, as últimas décadas não foram encorajadoras na OMC. O Comitê de Comércio e Desenvolvimento não obteve um único resultado notável, mantendo um registro de improdutividade que remonta à era GATT-47. A OMC não possui competência institucional para responder aos anseios de proteção necessários à noção de desenvolvimento sustentável. Isso ocorre porque seus acordos tratam esse conceito de maneira apenas tangencial: não há penalidade sem lei, nem obrigação sem uma regra de conduta específica.

Além disso, existem grandes divergências quanto ao impacto e à natureza da noção de sustentabilidade nas regras do livre comércio. Como evitar que medidas supostamente voltadas ao desenvolvimento sustentável se transformem em protecionismo? Como promover medidas de sustentabilidade legítimas para fins de livre comércio? Para alguns, a liberalização do comércio desempenha um papel importante para os países membros e para suas políticas de sustentabilidade. Outros são radicalmente opostos a essa alegação, sob o argumento de que as regras da OMC só contribuem para a marginalização das questões relacionadas ao desenvolvimento em todo o mundo.

Nesse cenário, alguns temem que a OMC exija a incorporação explícita dos princípios de desenvolvimento sustentável em seus Acordos, mesmo que a maioria de seus membros não seja capaz de implementá-los por completo. Outros argumentam que o preâmbulo da OMC apenas dificulta a implementação de objetivos mais importantes de desenvolvimento sustentável previstos em outros instrumentos jurídicos internacionais. A verdade pode estar com todos e com ninguém: são os paradoxos e as contradições do desenvolvimento sustentável na OMC.

Apoio mútuo e equilíbrio do desenvolvimento sustentável na OMC

No sistema de solução de controvérsias da OMC, a extensão e a natureza do conceito de desenvolvimento sustentável sugerem que a Organização enfrentará desafios nessa área – como já aconteceu.

Na maioria dos casos apresentados ao Órgão de Solução de Controvérsias (OSC), o principal argumento utilizado em favor da noção de desenvolvimento sustentável baseia-se nas exceções do Artigo XX do GATT-94, nas exceções do Artigo XIV do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS, sigla em inglês) e nas exceções ao Artigo 27 do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês).

Uma análise das disputas que trouxeram argumentos relacionados ao desenvolvimento sustentável no OSC mostra que a maioria dos casos era, na realidade, uma forma disfarçada de impedir o livre comércio – um protecionismo com máscara de sustentabilidade. Em outras palavras, o desenvolvimento sustentável é mencionado mais como um obstáculo à liberalização do comércio e não como a busca de uma melhor qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

O grande desafio da OMC e seus membros hoje é convencer um mundo cada vez mais cético de que a liberalização do comércio mundial pode contribuir para alcançar um ideal maior: o desenvolvimento sustentável. Poderão os membros da OMC responder a esse desafio? Desejam fazê-lo?

A capacidade da OMC de conciliar o livre comércio com o desenvolvimento sustentável é uma preocupação central da legitimidade da instituição e, portanto, é vital que haja apoio e equilíbrio mútuos. Nessa perspectiva, o livre comércio não pode ser interpretado como um fim em si mesmo. O pressuposto fundamental é que a liberalização comercial leva à prosperidade e que, em troca, são geradas melhores condições para o pleno desenvolvimento sustentável. O equilíbrio exige, portanto, que a relevância dos diferentes objetivos seja considerada.

Considerações finais

A venerada e maldita liberalização comercial caminha, passo a passo, ao lado do desenvolvimento sustentável. Não se pode negar que este esteja intimamente ligado à liberalização do comércio. Os países membros da OMC devem reconhecer, entretanto, as limitações enfrentadas pela Organização na promoção do desenvolvimento sustentável.

Para abrandar o efeito negativo das medidas comerciais ocultas na proteção do desenvolvimento sustentável, é importante que haja uma agenda positiva comum, com regras específicas, que permitam que a OMC atinja um equilíbrio crucial: apoiar os países membros que desejam avançar com uma agenda positiva de objetivos legítimos em matéria de desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, impedir que as "medidas sobre sustentabilidade" constituam uma forma disfarçada de protecionismo e um obstáculo ao livre comércio global.

Nada impede que o desenvolvimento sustentável seja parte integrante dos acordos da OMC, dada a necessidade de melhorar as condições de vida para a geração atual e para as gerações futuras. Apesar das divergências sobre o impacto e a natureza da noção de sustentabilidade nas regras do livre comércio, a questão é: como promover medidas legítimas de sustentabilidade para fins de livre comércio?

A Conferência Ministerial de Buenos Aires é uma ótima oportunidade para os membros da OMC enfrentarem esse desafio e criarem condições efetivas para que o livre comércio prospere sem paradoxos e contradições, com base no apoio mútuo e equilibrado entre o livre comércio e o conceito de desenvolvimento sustentável.



Ligia Maura Costa

Advogada e professora do Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da Escola de Administração de Negócios de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP).

ENTREVISTA

A governança do comércio internacional para o desenvolvimento sustentável inclusivo: uma entrevista com o embaixador Guillermo Valles Galmés



Guillermo Valles Galmés

Embaixador do Uruguai e ex-diretor da Divisão de Comércio Internacional de Bens, Serviços e Matérias-primas da UNCTAD.

Qual é o papel do comércio no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030?

Às vésperas da 11ª Conferência Ministerial (MC11, sigla em inglês), parece-me importante refletir sobre qual é sua transcendência e se o evento está, sob algum aspecto, vinculado aos objetivos estratégicos dos 164 membros da Organização Mundial do Comércio (OMC). A resposta é claramente positiva. A reunião é oportuna e necessária, sobretudo no momento atual, em que duas coisas que me parecem fundamentais têm sido questionadas: o papel do comércio para o desenvolvimento e as vantagens do sistema multilateral de comércio, representado pela OMC. A Conferência é ainda mais oportuna quando se considera que tais questionamentos são feitos por países centrais, como os Estados Unidos, e pelas mais altas hierarquias. É preciso limitar o protecionismo e defender a institucionalidade internacional representada pela OMC. A humanidade conhece o preço de um mundo sem regras ou instituições – a geração de nossos pais viveu uma realidade assim.

Para sustentar essa opinião, tomo por base um argumento de corte formal e algumas evidências empíricas. Em primeiro lugar, cabe lembrar que, há apenas dois anos, os chefes de Estado e governo adotaram – em paralelo à comemoração do 70º aniversário das Nações Unidas – um plano de ação para transformar o mundo: a Agenda 2030. São os mesmos países que agora se reunirão em Buenos Aires com alguns outros membros da Organização. Obviamente, não é que seja preciso mudar radicalmente o curso da história em apenas 15 anos e com base em uma declaração, mas esse é um compromisso formal, detalhado e ambicioso, do mais alto nível, orientado a proteger e promover os três “Ps”: as pessoas, o planeta e a prosperidade. Se estamos tratando da erradicação da pobreza extrema e da fome e do assentamento das bases para um desenvolvimento que não deixe ninguém para trás, é claro que o comércio tem um papel importante. Sem comércio não há crescimento, e sem crescimento econômico dificilmente existirá desenvolvimento inclusivo. O comércio – é preciso repetir – é condição necessária, ainda que insuficiente, para o crescimento, e este último é fundamental para o desenvolvimento.

A Agenda 2030 reconhece o papel do comércio como um dos meios de implementação mais importantes. Mas não só a Agenda 2030 é explícita em seu Objetivo 17 ao falar do comércio internacional como meio de implementação dos outros 16 Objetivos. Há alguns meses, em Addis Abeba (Etiópia), os ministros de Finanças e de Desenvolvimento de todo o mundo reuniram-se para tratar especificamente do financiamento para o desenvolvimento. Em sua declaração final, os ministros destacam de maneira muito proeminente que tanto os investimentos quanto o comércio internacional são fundamentais enquanto fontes de financiamento do desenvolvimento. Em síntese: é recente, formal e muito claro o reconhecimento do papel crucial que o comércio internacional tem para o desenvolvimento inclusivo. Seria um erro realizar a MC11 sem lembrar desse contexto político.

Para além de tais declarações e dos acordos políticos de alto nível, é preciso recordar uma evidência recente. A humanidade deu passos concretos, imensos, inimagináveis há décadas e de uma magnitude desconhecida: a pobreza extrema foi reduzida a menos da

metade entre 1990 e 2010. Os objetivos do milênio de reduzir a pobreza pela metade foram cumpridos cinco anos antes do previsto! A humanidade nunca tinha conhecido um salto tão positivo quanto esse. Alguns vão argumentar que esse avanço esteve basicamente localizado na China e que determinadas regiões e setores permaneceram presos na miséria – ou, pior ainda, que existem mais de 800 milhões de pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia, o que é verdade. Mas não devemos esquecer da metade cheia do copo e, mais ainda, temos que saber responder por que essa metade está cheia. Em boa medida, o êxito na diminuição da pobreza se deve ao comércio internacional, que permitiu o crescimento econômico. Lembremos de alguns números importantes. O comércio mundial (exportações e importações somadas) representa hoje, em média, 50% do produto interno bruto (PIB) mundial. Em 1990, esse percentual era 31% e, trinta anos antes, 17,5%. Hoje, os países em desenvolvimento geram quase a metade das exportações mundiais e uma porção crescente do comércio de serviços, a nova fronteira do comércio internacional.

Que mudanças na governança do sistema multilateral de comércio o senhor proporia para alcançar um maior impacto no desenvolvimento sustentável?

A primeira prioridade não é mudar, mas apoiar e defender o sistema multilateral do comércio de quatro forças, que, embora não sejam novas, estão pela primeira vez instaladas ao mesmo tempo e nos países mais influentes: mercantilismo, protecionismo, neoludismo e antiglobalização. Estes são fenômenos com grande parentesco, porém distintos. Os dois primeiros provêm de políticas demagógicas, simplificadoras da realidade e de base neo-nacionalista, no pior sentido do termo. Os dois últimos têm origem na sociedade civil, como consequência da vertigem que a revolução tecnológica está provocando – com sua aceleração – na sociedade. Todas essas forças compartilham as seguintes características: são propostas reacionárias, nada visionárias e anti-históricas – e, portanto, estão condenadas ao fracasso. O problema é que, até que se reconheça seu fracasso, podem gerar custos, sobretudo para os países mais vulneráveis.

É óbvio que a globalização produz ganhadores e perdedores. O importante é, primeiramente, que os beneficiados sejam muito mais numerosos. Segundo, que os prejudicados não sejam sempre os mesmos setores. Terceiro, que existam políticas públicas, para além da política comercial, que se ocupem dos perdedores e ofereçam redes de contenção e readequação às novas realidades produtivas. Mas a globalização, enquanto resultado da revolução tecnológica, não pode ser detida. Não é o resultado de políticas, mas do avanço da humanidade em termos de conhecimento, do desenvolvimento da tecnologia e da difusão da mesma. A globalização gera custos e oportunidades.

Sempre digo que não devemos confundir os conceitos: uma coisa é o comércio internacional, outra é a política comercial, e outra é o sistema multilateral de comércio baseado em regras. Esses dois últimos elementos devem se adaptar às novas realidades, mas é preciso muito cuidado para não jogar fora o mais importante: as instituições globais, as quais foram criadas com muito sacrifício, na história recente da humanidade.

Por outro lado, não me importa a coexistência da OMC com os acordos regionais de comércio, sejam eles bilaterais, plurilaterais ou megarregionais. Desde 1945, o sistema multilateral – representado pelo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês) até 1995 – soube conviver com múltiplos acordos parciais, tais como os acordos de matérias-primas, os acordos regionais ou mesmo as primeiras mega-regiões, como no caso das Comunidades Europeias e da Associação Latino-americana de Livre Comércio

é recente, formal e muito claro o reconhecimento do papel crucial que o comércio internacional tem para o desenvolvimento inclusivo. Seria um erro realizar a MC11 sem lembrar desse contexto político.

(ALALC). A segunda fracassou parcialmente, mas a primeira conviveu – com tensões – com o sistema multilateral. Quanto à governança global, a OMC deveria ter um órgão ou instância mais formal de caráter consultivo junto ao setor privado e a sociedade civil. Os consumidores e a pequena e média indústria têm que encontrar alguma forma de representação. Não é fácil encontrar a institucionalidade ideal, mas temos antecedentes interessantes no caso da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na qual as três ordens estão representadas.

Quais são as áreas prioritárias do comércio para avançar em direção ao comércio inclusivo? Elas serão discutidas na MC11?

Começemos dentro de casa. Os benefícios do comércio internacional e da abertura do comércio só poderão ser consolidados e garantidos para todos na medida em que exista uma maior coerência de políticas domésticas no interior dos países. Particularmente, a política comercial, a política de competitividade, a política de proteção ao consumidor e as políticas industriais devem trabalhar em harmonia.

Permita-me explicar: é claro que a grande e rápida concentração econômica que estamos testemunhando no nível internacional deve nos levar a refletir sobre como aumentar a cooperação internacional em defesa da competitividade. Vejo aqui um problema grave. Os benefícios do comércio e as vantagens das políticas comerciais abertas podem ser neutralizados pelos cartéis internacionais e pelas concentrações. É preciso dar maior atenção à defesa eficaz do consumidor nos níveis doméstico e internacional. Os acordos comerciais devem passar por um teste ex ante e ex post, a fim de analisar como os consumidores serão beneficiados. Além disso, uma perspectiva de gênero deve ser incluída no momento de desenhar as políticas comerciais e negociar acordos. Os impactos sobre o emprego feminino e a geração de oportunidades laborais para os setores mais vulneráveis da sociedade devem ser considerados sempre.

Alguns desses temas serão debatidos, talvez resolvidos, na Ministerial da OMC. Os subsídios à pesca correspondem a outra área em que é possível obter algum avanço em Buenos Aires. Os custos de não agir seriam altíssimos, já que estamos diante de recursos naturais. Com efeito, o caso da pesca oferece um claro exemplo da chamada “tragédia dos comuns”, com as dificuldades que se apresentam diante da exploração excessiva de recursos – a sobrepesca e a sobrecapacidade, isto é, poucos peixes e muitos barcos pescando na obscuridade, com pouca informação de quanto é subvencionado. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês) calcula que os subsídios nessa área variam de US\$ 35 a 50 bilhões. Ainda segundo a FAO, mais de 75% dos estoques das principais espécies comerciais estão em condição de sobrepesca ou no limite da sustentabilidade. Existem acordos e códigos voluntários para a pesca sustentável em um nível internacional, mas não há regras vinculantes e aplicáveis em matéria de subsídios.

Nesse sentido, a OMC poderia contribuir com sua experiência na área de regulação de subsídios, acordos e proibições, além da contribuição de seu sistema de solução de controvérsias, cuja capacidade retaliatória auxiliaria no cumprimento dos acordos internacionais. Esta é uma oportunidade, enfim, de demonstrar que a OMC pode evoluir na direção de apoiar a Agenda 2030 e o desenvolvimento sustentável e inclusivo. Assim como a agenda aprovada nas Nações Unidas há dois anos, no centro dos esforços devem estar as pessoas, o planeta e a prosperidade. Espero sinceramente que a MC11 dê um passo firme rumo a uma OMC voltada para as pessoas.

EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol
www.ictsd.org/news/puentes

BIORES

Informações e análises sobre comércio e meio ambiente
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/biores

BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges

桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em chinês
www.ictsd.org/news/qiao

МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo
www.ictsd.org/news/bridgesrussian

BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na África - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges-africa

PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês
www.ictsd.org/news/passerelles



International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9
1219 Geneva, Switzerland
+41-22-917-8492
www.ictsd.org

A produção de PONTES tem sido possível graças ao apoio generoso de:

DFID - Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional

SIDA - Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional

DGIS - Ministério de Relações Exteriores da Holanda

Ministério de Relações Exteriores da Dinamarca

Departamento de Assuntos Exteriores e de Comércio da Austrália

O PONTES também beneficia de contribuições de especialistas na área de comércio e desenvolvimento sustentável na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade ou de patrocínio que contribuam para a redução de seus custos de publicação e que ampliem o acesso aos seus leitores. A aceitação de tais propostas fica a critério dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos publicados no PONTES são exclusivamente dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do ICTSD.



Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License.

ISSN 1813-4394

